



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

26/10/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Saiba como incluir trabalhos antigos na aposentadoria do INSS

A inclusão de vínculos trabalhistas antigos é fundamental para que o segurado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) consiga garantir uma aposentadoria mais vantajosa e sem ter que esperar mais tempo para atingir o tempo mínimo de contribuição.

Essa ferramenta foi criada em 1989, mas reúne informações desde 1982. Segundo especialistas, é comum que, antes disso, os vínculos trabalhistas não sejam acrescentados automaticamente no sistema. Essa situação é ainda mais comum para os empregos anteriores a 1975, que é quando foi criada a Rais (Relação Anual de Informações Sociais), outra ferramenta do ministério para monitoramento da mão de obra formal no país.

Para verificar se os empregos antigos foram considerados pela Previdência Social, é preciso acessar o Cnis, por meio da ferramenta Meu INSS (no site ou no aplicativo). Caso o segurado constate que faltam registros ou que as datas estão incorretas, terá de ligar na Central 135 e pedir a retificação.

O segurado que tiver contribuições antigas à Previdência Social –especialmente as feitas até a década de 1980– deve se certificar de que esses vínculos foram reconhecidos pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

O reconhecimento dos vínculos antigos é fundamental para garantir o cumprimento dos requisitos para a aposentadoria, principalmente o tempo mínimo de contribuição.

Porém, o trabalhador que perdeu a carteira de trabalho precisa buscar outros documentos para que o INSS reconheça os vínculos e garanta o benefício.

Saiba mais em: agora.folha.uol.com.br, terça-feira 26 de outubro.

Reversão de expectativas leva economistas a projetarem até recessão no Brasil em 2022

A semana começou com uma forte reversão nas expectativas para a economia brasileira, após o governo Jair Bolsonaro (sem partido) decidir driblar o teto de gastos para pagar o Auxílio Brasil de R\$ 400, entre outras despesas, como emendas parlamentares.

A perspectiva de economistas é que houve uma mudança no regime fiscal —e que essa alteração tende a pressionar o câmbio, alimentando um efeito em cascata que vai elevar a inflação e forçar altas mais acentuadas da Selic, a taxa básica de juros.

Parte do mercado financeiro já passa a projetar estagnação ou até mesmo queda do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro em 2022.

Uma das revisões que chamaram a atenção nesta segunda-feira (25) foi feita pelo Itaú Unibanco. A instituição financeira prevê agora recessão para a economia nacional no próximo ano.

Pela estimativa do Itaú, o PIB deve registrar queda de 0,5% em 2022. A previsão anterior era de avanço de 0,5%. Conforme o banco, o quadro de dificuldades também inclui pressão inflacionária e desemprego.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 26 de outubro.

Preço da gasolina na refinaria acumula alta de 74% em 2021

Com os reajustes anunciados nesta segunda-feira (25), o preço da gasolina nas refinarias da Petrobras acumula alta de 74% em 2021. Já o diesel subiu 65% desde o início do ano. Analistas dizem que defasagem não foi eliminada e veem espaço para novos aumentos.

A partir desta terça (26) a Petrobras venderá o litro da gasolina por um preço médio de R\$ 3,19, contra os R\$ 1,83 vigentes na virada do ano. O diesel terá um preço médio de R\$ 3,34 por litro. Na virada do ano, eram R\$ 2,02.

A alta acompanha a evolução das cotações internacionais do petróleo e a desvalorização do real frente ao dólar, indicadores que balizam os preços internos dos combustíveis segundo a política de preços da companhia.

Com a escalada dos preços nas refinarias, o valor pago pelo consumidor pelo litro de gasolina já subiu 41% no ano, até atingir a média de R\$ 6,361 na semana passada —antes, portanto de repasses do reajuste anunciado nesta segunda.

A escalada dos preços dos combustíveis é um dos principais fatores de pressão sobre a inflação brasileira, que em setembro acelerou para 1,16%, a maior alta para o mês desde o início do Plano Real, quebrando a barreira simbólica dos dois dígitos no acumulado de 12 meses.

Reajustado pela última vez no início do mês, o preço do gás de cozinha também vem preocupando o consumidor: desde o início do ano, o botijão de 13 quilos ficou 36% mais caro, superando a barreira dos R\$ 100 pela primeira vez há duas semanas.

A pressão tem sido tanta que Bolsonaro chegou a dizer a duas semanas que sentia vontade de privatizar a Petrobras para parar de levar a culpa sobre os preços. Nesta segunda, ele voltou ao tema, dizendo que a privatização entrou no radar do governo, mas que o processo seria "uma complicação enorme".

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 26 de outubro.

Entre mercado e a fome, governo Bolsonaro não sinaliza para políticas sociais

Sob pressão do mercado e sem apoio da população, o governo Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, não apresentaram ainda o programa Auxílio Brasil, que viria a ser o substituto do Bolsa Família. Sem programas e políticas sociais, o governo federal deixa a população sem respaldo, com mais da metade dos brasileiros vivendo com insegurança alimentar.

De acordo com a análise do diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior, a demora para apresentação do Auxílio Brasil é a demonstração que o governo não sabe se continua trabalhando sob a batuta do mercado ou melhora sua desgastada imagem com a população.

“É uma novela que dura meses. O governo tenta implantar uma política para melhorar sua imagem perante a população, ao mesmo tempo que o mercado impõe um limite ao Estado, desde 2016, o que amarra as ações sociais. Entretanto, o mercado e o atual governo andam lado a lado há bastante tempo, retirando direitos de trabalhadores, com as reformas que retiram direitos sociais. Porém, o governo se deu conta de que não dá para vencer a eleição com a população passando fome e gerou essas tensões”, afirmou Fausto à Rádio Brasil Atual.

O governo Bolsonaro cancelou, na última terça-feira (19), o lançamento do chamado Auxílio Brasil. A indecisão se deu em função da falta de consenso em relação ao valor do benefício que deve substituir o Bolsa Família, programa que completa 18 anos. Além disso, houve reação histórica dos agentes do mercado financeiro, que não aceitam que os gastos com o novo programa ultrapassem o teto de gastos. Saiba mais em: CNTI, terça-feira 26 de outubro.